



MEMÓRIA E POLÍTICA CULTURAL – considerações geográficas a partir da fronteira

Cláudio Benito Oliveira Ferraz¹

Introdução:

Pretendemos aqui discorrer algumas considerações sobre a questão da memória cultural pela perspectiva da linguagem geográfica. Tal recorte pode ser feito a partir de diferentes posicionamentos teóricos e temáticos, contudo, nossa opção visa estabelecer alguns parâmetros para abordar essa questão perante a forma hegemonicamente praticada pelos estudos geográficos no interior da instituição universitária, a qual se coloca como um constructo que visa uniformizar e generalizar a complexidade da dinâmica espacial vivenciada cotidianamente.

O discurso oficial da geografia parte de uma ideia de ciência que majoritariamente justifica sua função social a partir da elaboração de referenciais que auxiliam o Estado-Nação em seus processos de administração do território, visando assim estabelecer o controle da multiplicidade de fenômenos que ocorrem no interior de determinado arranjo territorial (FERRAZ, 2002). O Estado, portanto, faz uso dos estudos científicos sobre a dinâmica espacial e, por meio de suas diferentes escalas e intervenção (federação, região, estados, municípios), viabiliza seus projetos e políticas que reforçam a unidade e a identificação dos

¹ Cláudio Benito Oliveira Ferraz é Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade da Grande Dourados (MS). Professor de Prática de Ensino em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente (SP).

diversos grupos sociais em prol de um mesmo projeto de gerenciamento do território (HISSA, 2002).

É diante desse objetivo maior que identificamos os resultados de boa parte dos estudos geográficos na abordagem das questões culturais, ou seja, fazer uso da descrição e localização dos elementos culturais em cada porção do território para viabilizar políticas públicas que estabeleçam uma política cultural estabelecida da unidade territorial, tal abordagem se dá em nome da uniformidade do sentido de pertencimento a um mesmo padrão cultural (ALMEIDA, CRUZ, 2009; MARTINS, 2002), qual seja, uma cultura considerada correta, boa para todos e modelar, a qual deve ser seguida e reproduzida por todos que se localizam numa mesma extensão territorial sobre o controle de um mesmo Estado-Nação.

Somo críticos a essa forma majoritária de se discutir e abordar as questões culturais pelos estudos geográficos. Nossa postura objetiva derivar dessa visão maior e encastelada do discurso científico da geografia em sua relação com os interesses do Estado, provocando rasuras nessa concepção, de maneira a se voltar mais para a complexidade e multiplicidade dos fenômenos culturais como processos inerentes ao próprio viver humano nos diversos grupos sociais. Nosso entendimento aqui não é fazer um levantamento e caracterização das várias expressões culturais de cada coletividade, regionalizando e destacando seus aspectos eleitos como principais, para assim cristalizar e estabelecer identidades acabadas, mas sim tomar a criação cultural como algo imanente ao próprio acontecer espacial da vida humana, o que só ocorre enquanto contato e encontro das diferenças, provocando mudanças e transformações nos comportamentos, valores e pensamentos, portanto, a questão cultural se viabiliza enquanto processo de diferenciação constante ou invés de cristalização de identidade acabadas (HISSA, 2002; DELEUZE, 1997).

Nesse contexto, a política cultural articulada pelo Estado visa estabelecer uma memória cultural comum para a multiplicidade de experiências culturais, uniformizando e elegendo uma memória tomada como a mais correta, a que expressa a identidade de todos com o mesmo arranjo territorial (ALMEIDA, CRUZ, 2009). Em contrapartida, entendemos que a memória cultural é múltipla, nunca acabada, sempre em construção e diferenciação, ela é o resultado do próprio processo de espacialização da vida, que é contingencial e nômade, ao invés de ser resultado de um desenvolvimento histórico linear e uniformizador,

aquele que explica a nossa evolução social por uma única perspectiva, negando a diferença e ocultando, ou negando, ao que não se quer enxergar².

Memória nunca é individual, mas singular ao conjunto de corpos e suas relações, está em conformidade às forças dos fenômenos, imaginários e experiências que os corpos produzem mutuamente, logo, não é harmoniosa nem acabada, mas se encontra em constante construção, reelaboração e mudanças (FIGUEIREDO, 2005).

Memória cultural tomada enquanto elemento articulador de um sentido de identidade de cada indivíduo com um território e grupo social é resultado de interesses específicos, aqueles que precisam eliminar diferenças e multiplicidades em prol de uma eficiência de controle, daí uniformizar, generalizar e modelar formas de pensar, agir e de sentir, portando, estabelecendo uma única memória para todos os indivíduos (ALMEIDA, CRUZ, 2009). Esse processo é fruto dos esforços que a máquina estatal articula para consolidar o domínio sobre determinado território. Essa máquina atua em diferentes escalas da administração territorial (de um local como a escola, passando pelo bairro, cidade, região, estado, federação). Para tal, conforme as condições técnicas e tecnológicas, esse maquinário estabelece intercessores com as grandes corporações econômicas (capazes de financiar produtos ou intervenções culturais) e principalmente os grupos de mídias informativos (meios de comunicação, telejornais, mídias impressas etc.) as quais interferem nesse processo de estabelecer o que é a nossa cultura e de como nos identificamos por meio de uma memória comum (DELEUZE, 1997).

Temos assim a elaboração de uma memória cultural, por parte de políticas culturais orquestradas pelo Estado, que reforça uma visão e uma história, por

² Não vamos aqui entrar no debate sobre o conceito de memória cultural, para tal indicamos os trabalhos de Almeida e Cruz (2009), Figueiredo (2005), Weffort e Souza (1998) e Yudice (2002). Diante de nosso objetivo, tomamos aqui a questão da memória cultural como o processo de elaboração de referenciais identitários que qualquer grupo ou coletividade humana produz ao se tentar se orientar e se localizar no mundo a partir do lugar em que se encontra, territorializando seus modos de vida e parâmetros de sensibilidade, pensamento, valores morais e estéticos. Memória cultural, assim, é sempre processo e nunca algo acabado, se encontra inerentemente relacionada com a dinâmica espacial que os grupos humanos criam ao territorializarem suas existências.

consequente, uma memória cultural como maneira de estabelecer um sentido de identidade acabada. Frente a essa memória historicamente uniformizada, temos a produção de memórias culturais em suas forças espaciais múltiplas, as quais se dão no contexto da memória oficial da política cultural hegemônica, mas força os limites dessa uniformização, provoca derivas e linhas de fuga, abrindo para outros sentidos culturais de espaço, de memória e de vida (MARTINS, 2002).

Nossa intenção neste texto é exatamente delimitar melhor o que entendemos por política cultural articulada pela perspectiva da uniformidade de desenvolvimento histórico por parte dos projetos estatais de identidade territorial, de maneira a destacar a possibilidade de se ler a questão cultural como resultado de memórias múltiplas criadas no contexto das diferenças da dinâmica espacial. Para tal, faremos uso de um exemplo territorial, qual seja, a partir das condições de nossa localização numa área de fronteira, tentaremos clarear melhor essas visões aqui rapidamente expostas, de forma a destacar o papel dos estudos geográficos sobre a questão da memória cultural.

POLÍTICA CULTURAL: o poder uniformizador do Estado

46

Abordar a memória cultural na relação geográfica com a política cultural cobra a necessidade de melhor delimitarmos o que se entende aqui por cultura.

O sentido moderno (melhor dizer no plural: sentidos) da palavra cultura se esboça ao longo do século XVIII europeu nas várias línguas nacionais (WILLIAMS, 2007). A complexidade do termo, tanto em seus significados quanto em relação aos significantes, denota a complexidade do referente ao qual tenta enunciar. Mesmo isolando o entendimento do termo como de cultivo ou cuidado com o crescimento natural de algo, seja animal ou vegetal, ainda assim os sentidos a que tal palavra faz alusão são inúmeros, apesar de relacionados.

(i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético...(ii) o substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral...(iii) o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística (WILLIAMS, 2007, P. 121).

Apesar dessa tentativa de definição, outro aspecto adentra aos sentidos e usos desse termo. Com a necessidade de organização dos processos de exploração,

produção, circulação e consumo exercitados no contexto da ordem econômica pautada na lógica da mercadoria, necessidade que se tornou explícita ao longo do século XIX e cobrava a consolidação de uma estrutura organizativa do território (HARVEY, 1993), a qual se delineou em grandes complexos institucionais (ordenação legalista da administração territorial, arranjo político institucionalizado, implementação de controle militar e ideológico, padronização dos processos de formação de gostos e conhecimentos, etc.) orquestrados, não necessariamente de maneira harmoniosa, pela forma do Estado-Nação, os estudos científicos, então em franco processo de formalização universitária, foram grandemente incentivados para fazerem usos dos elementos culturais como mecanismos de definição de identidades territorialmente localizáveis, permitindo assim a caracterização comum de um “nós” em relação ao estranhamento dos “outros”, os que estão além da fronteira (MARTINS, 2002).

Como muitas das nações modernas foram organizadas estatalmente sobre uma diversidade de grupos culturais, os estudos científicos voltados para esta problemática (sociológicos, antropológicos, históricos, geográficos, pedagógicos, psicológicos) acabaram por, a partir de seus referenciais metodológicos, estabelecer uma seleção das expressões culturais locais, o que significava eliminar a outras, em conformidade com os interesses majoritários de definição de certa identidade local numa hierarquia que desembocava na configuração de uma suposta unidade nacional (FEIJÓ, 1995).

A consequência dessa forma de se posicionar cientificamente sobre as expressões culturais não foi a de estabelecer uma suposta unidade a partir da diversidade, mas de coibir o diverso em nome da uniformidade e padronização de estereótipos culturais tidos como definidores de determinada cultura nacional (FERRAZ, 2002), ou regional, numa hierarquia que impunha aos diferentes (classes sociais despossuídas dos meios de produção, gênero não masculino ou práticas sexuais não héteras, grupos humanos marginais, com outras línguas e hábitos, novas gerações com valores não tradicionais, migrantes oriundos de outras regiões etc.) uma situação de serem marginalizados, ignorados como existentes ou simplesmente condenados moral e legalmente no interior de um mesmo território.

Esse processo de marginalização sociocultural, assim como de estranhamento em que se colocavam os diversos grupos e indivíduos que não compactuavam, conscientemente ou não, do padrão uniformizante

institucionalmente considerado correto, tornou-se mais complexo durante a primeira metade do século XX, quando os meios de comunicação e de transporte desenvolveram condições de dinamizar os processos produtivos e de distribuição de informações e produtos.

A urbanização cada vez maior da sociedade em termos globais, assim como o rádio, a televisão, meios de transportes mais ágeis e flexíveis, o disco fonográfico etc., permitiram que muitos desses grupos sociais estranhos ao padrão hegemônico pudessem ser consumidores potenciais de novos produtos, como música, cinema, revistas, roupas, carros e demais bens e produtos (HARVEY, 1993). Esses potenciais consumidores colocaram os valores morais da ética social em choque com os valores sociais da ética econômica. Ou seja, o desejo, por exemplo, das instituições estruturadoras da ordem social, como a Família, a Igreja e a Escola, de que as novas gerações reproduzissem os valores tradicionais herdados pelas antigas se chocava com a necessidade do mercado econômico atender aos novos produtos culturais que apontavam para outros padrões de comportamento, como usar outras roupas, consumir novos estilos musicais, ou apreciar outras temáticas e estéticas pelas imagens cinematográficas etc.

Esse conflito fazia com que o Estado tivesse uma difícil incumbência, a de atender a ordem social em conformidade com o apoio da maioria social, ou de suas lideranças, ao mesmo tempo em que precisava viabilizar a ampliação do mercado consumidor para dinamizar a economia com o fortalecimento de novos tipos de produção e de bens industriais (WU, 2006). O problema era o seguinte: como incorporar novos produtos e, portanto, consumidores, sem que isso colocasse em risco a ordem tradicional do poder político-social? A resposta veio a partir do desenvolvimento da chamada política cultural, ou seja, a estrutura institucional do Estado estabelecia explicitamente, tanto por meio de legislações quanto por atos concretos de incentivos, a tentativa de controlar os bens culturais a partir de uma direção e objetivos pré-estipulados em acordo com o perfil considerado saudável para o conjunto social.

Política cultural passou a ser entendida como uma ação pública, orquestrada pelo Estado, no sentido de definir e padronizar os tipos de produtos culturais considerados corretos, assim como delimitar os objetivos e funções dos mesmos.

É claro que, a partir dessa postura do Estado frente a cultura em sua diversidade de produtos e manifestações, as políticas assumidas caminharam de uma delimitação do que é considerado correto a ser exercitado como valores,

gostos e atitudes por parte do conjunto social, para até a prática de intervir nos processos de produção e divulgação dos bens culturais visando reforçar determinado conjunto de ideias e comportamentos³.

Com o paulatino avanço e consolidação das estruturas democráticas, notadamente no último quarto do século XX, o uso dos bens culturais com rígida delimitação e práticas ideológicas, fazendo uso da censura e da delimitação explícita dos conteúdos moralizantes das obras, tendeu a se arrefecer na maioria das nações, passando para o mercado, notadamente para as mídias, a função de desenvolver mecanismos mais sutis e agradáveis de convencimento do público.

Contudo, apesar dessa maior liberdade de mercado, a necessidade de evitar riscos quanto a possíveis resistências e críticas aos padrões considerados corretos fez com que as políticas culturais, por parte do Estado, ainda se pautassem no que seja considerado correto enquanto tipo de gosto e de valores a serem perpassados pelos produtos e produtores culturais, para tal, basta ver que na maioria dos Estados em que comissões mistas, com participação direta de membros da sociedade civil, destinadas a discutirem as políticas e prioridades culturais, são formadas por indivíduos considerados especialistas, muitos dos quais são assim identificados por expressarem os valores convencionalizados como corretos, de bom gosto, do melhor gosto, do gosto padrão, deixando de lado todo um espectro social sem voz ou possibilidade de participação⁴.

³ Os exemplos mais notórios do controle da produção e divulgação cultural se relacionam às propagandas dos ideais nazifascistas na Alemanha e na Itália, assim como dos então chamados países socialistas, notadamente a partir dos anos 30 do século XX. Tais práticas incentivaram o uso dos aspectos culturais, censurando ou incentivando determinados produtos, nos mais diversos países do mundo, para cooptar os desejos e o aceite de grandes massas populacionais para as políticas e objetivos governamentais, como nos EUA durante a Segunda Guerra ou no Brasil de Vargas e da Ditadura Militar. Para mais detalhes, ver de Adorno e Horkheimer **Dialética do Esclarecimento** (1985), de Ferreira e Delgado **O Brasil Republicano – o tempo do Nacional-Estatismo do início da década de 30 ao apogeu do Estado-Novo** (2003).

⁴ Estudos como os de George Yúdice **A Conveniência da Cultura** (2004), de Maia e Castro **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas** (2006), de Chin-Tao Wu **Privatização da Cultura** (2006) e de Todd Gitlin **Mídias sem Limite** (2003), vide bibliografia, são exemplos de como a participação de membros considerados meritórios para comporem as comissões públicas de política cultural, assim como a complexa presença das diversas mídias nesse processo de definir

A partir da incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação, assim como a forte pressão para se redefinir os processos de acumulação capitalista em escala mundial, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças nos mecanismos utilizados para o gerenciamento dos territórios nacionais por parte do Estado, assim como se redefiniu uma nova divisão técnica e intelectual do trabalho, permitindo que os bens culturais se integrassem ao novo padrão acumulativo, o qual redimensionou os aspectos de produção e de agregação de valor aos produtos.

Yúdice (2004) destaca que quando instituições como União Europeia, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, além da ONU e UNESCO começam a fomentar programas e investir recursos na organização dos Fóruns Universais das Culturas, ou na definição internacional de leis que regularizem a propriedade intelectual assim como tentar ordenar a mobilidade do trabalho intelectual que se dá em grande medida pelos movimentos migratórios de trabalhadores, estudantes e pesquisadores, temos a expressão de uma nova política econômica que se desdobra da força do elemento cultural nos mecanismos de agregação de valor aos produtos, assim como no enriquecimento de grupos econômicos e de determinados contingentes populacionais e nações que almejam o controle desses produtos. Citando James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, exemplifica tal afirmação:

Existem dimensões de desenvolvimento da cultura. A cultura material e expressiva é um recurso subvalorizado nos países em desenvolvimento. Ela pode gerar renda através do turismo, do artesanato, e outros empreendimentos culturais...O patrimônio gera valor. Parte de nosso desafio mútuo é analisar os retornos locais e nacionais dos investimentos que restauram e extraem valor do patrimônio cultural” (YÚDICE, 2004, p. 31)

Esse novo contexto de geração e acumulação de valor e riqueza acabou por fazer da cultura não apenas um conjunto físico de mercadorias comercializadas, como celuloídes fílmicos, os discos de 33 rpm ou os digitais, ou livros etc., mas que o próprio aspecto do imaginário social e de agenciamento de sensibilidades e afetos por determinados fenômenos, produtos e locais passassem a expressar a potencialidade inerente dos aspectos culturais na delimitação de toda uma dinâmica econômica que se manifesta em determinados pontos do território; tal

o que é o bom gosto e o correto, assim com o ruim e incorreto, acabam por delimitar formas uniformizantes, ou tipos padrões, de produtos culturais e seus consumidores.

fato leva a esses bens culturais serem incorporados aos processos de agregação de valor aos detentores de suas matrizes simbólicas (HARVEY, 1993), como o sabor único presente nos vinhos de uma região francesa, ou do poder místico de um centro de romaria religiosa, do aspecto de aventura de uma logomarca de automóvel ou sensação de liberdade nas letras de uma banda de rock. Como coloca Chin-Tao Wu:

...as novas configurações econômicas destes tempos de globalização apontam deslocamentos no capital simbólico, aliados aos fluxos de informação que percorrem o globo, numa dinâmica que busca localizar culturas originais na qualidade de territórios remanescentes para investimentos que possam transformá-las em consumidores potenciais do excedente de imagens (2006, p. 13).

Perante esse novo arranjo espacial da economia mundial, o papel do Estado na definição de uma política cultural mudou. A princípio, não cabe mais a exclusividade do Estado a definição de uma política cultural, pois, perante a dinâmica social, membros da sociedade civil são chamados a participar de tal empreendimento. Isso significa que o Estado hoje é mais um orquestrador de diferentes propostas e políticas culturais, pois, perante a complexidade e fragmentação territorial, as diversas instâncias administrativas, tanto regional como localmente, assim como outras instituições públicas ou não, como as Universidades, ONG's e empresas privadas, participam da configuração de políticas culturais em acordo com suas especificidades e intenções.

No entanto, esse novo padrão não se dá de forma harmônica, uniforme e igual em todos os lugares, daí o Estado intervir estabelecendo o convívio de diferentes interesses na direção de manter e reforçar a uniformidade de processos de identidade territorial, ou seja, de confluir todas essa diversidade para um mesmo projeto societário, seja em que escala for, nacional ou regional, reelaborando, em outro nível, o sentido de pertencimento na direção de um mesmo arranjo territorial, de um “nós” que se entende culturalmente diferente dos “outros”. Conforme o grau de dependência de um lugar em relação aos centros de decisão, assim como o contexto e objetivos majoritários dos grupos sociais que ali estabelecem relações e disputas, pode-se desenvolver políticas culturais mais voltadas para o reforço de uma concepção dada como padrão correto e cosmopolita, ou então insistir numa abordagem meramente decorativa e secundária do caráter cultural na formação intelectual de seus membros, ou até, conforme a situação, exercitar essas duas concepções de políticas culturais de forma paradoxal (YUDICE, 2004).

Isso significa que o Estado não se restringe mais a elaborar e impor um mesmo padrão cultural para a diversidade social, definindo aí uma memória cultural eleita historicamente como a referência de identidade comum para todos, mas negocia com os grupos mais articulados os diversos sentidos culturais locais, garantido a unidade territorial a partir de processos em que as diferentes memórias culturais locais possam confluir para o mesmo projeto de gerenciamento do território em sua escala nacional, garantido o projeto sócio-econômico em sua força globalizadora⁵.

A partir desse quadro mais geral, passamos a abordar a questão da memória cultura a partir de um corte espacial em que se possibilita uma contribuição da leitura geográfica sobre a questão.

MEMÓRIA CULTURAL A PARTIR DO LUGAR: a fronteira

Para discutir a questão da memória cultural pela perspectiva geográfica, nossa opção foi delimitar um lugar enquanto ordenamento territorial passível de ser abordado como fonte potencializadora de pensamentos sobre a questão. Diante disso, elegemos a situação de fronteira como um lugar instigador para tal possibilidade. Mas de qual fronteira estamos fazendo referência? Entendemos que o sentido fronteiro possui suas singularidades conforme a localização cartográfica do lugar de onde está se falando (pensando), mas os elementos que aí convergem possuem um caráter comum em sua força geográfica, qual seja, em suas dinâmicas territoriais próprias numa situação em que se colocam enquanto encontro e distanciamento do que tomamos como “nós” em relação ao que se entende como o “outro”.

⁵ É isso que percebemos com o exemplo já clássico do Estado espanhol em relação as regiões basca e catalã, estabelecer o sentido de unidade territorial da Espanha enquanto projeto econômico, mas garantido as manifestações de diferentes memórias culturais localizadas nessas regiões, inclusive fazendo uso delas para agregar valor aos produtos e aos processos acumulativos. Podemos dizer o mesmo, no caso brasileiro, com relação das reservas indígenas, as quais visam demarcar uma extensão física e geometrizável do território em que os grupos indígenas podem manifestar suas memórias culturais, desde que assim se garanta a unidade territorial do Estado-Nação no contexto do projeto socioeconômico hegemonicamente praticado.

Para enunciarmos nosso discurso sempre o fazemos em algum lugar, o nosso é a partir da situação fronteira da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, a qual habitamos e que se localiza a cerca de 120 quilômetros da divisa político-administrativa com o Paraguai. Esse caráter físico-geométrico do território em que se encontra a cidade não explicita o sentido geográfico que aqui almejamos trilhar, mas é um ponto de referência para se agenciar a dinâmica espacial que aí acontece.

A partir disso, podemos articular os aspectos temporais que se territorializam enquanto multiplicidades de histórias até agora (MASSEY, 2008) e que fazem o qualificativo geográfico dessa ordem espacial. Mas isso não se dá a partir da perspectiva de uma memória que delimita o sentido de identidade do lugar a um relato único do histórico de ocupação da região pelas levas de migrantes, notadamente oriundos do sul do país, que introduziram os processos de exploração nos ricos latossolos vermelhos por meio da agropecuária, da criação de empresas comerciais ligadas a agropecuária e, principalmente, da especulação imobiliária. Essa é apenas uma história, as outras, apesar de abafadas ou até negadas, estão imbricadas nesse processo institucionalizado de formação dessa cidade e região. O geográfico, portanto, não está a priori no fator geometrizável de Dourados se localizar no paralelo 22 sul com o meridiano 52 oeste, nem nos dados estatísticos de seu crescimento populacional ou econômicos advindos da qualidade de seu solo para a produção da agropecuária etc. O geográfico está na força desterritorializadora dessa narrativa que se diz única e oficial, essa que se pauta numa história uniformizadora e oficializante da memória do lugar, e que aponta para a contingencialidade de devires outros, desestabilizando o que se idealiza como o discurso verdadeiro e atualiza virtualidades que se manifestam como memórias múltiplas, mas capazes de estabelecer a univocidade de um povo por vir (DELEUZE, 1997)

As múltiplas histórias referidas por Massey são exatamente o que se articulou de processos espaciais que antes dos migrantes gaúchos já aqui elaboravam outras territorialidades que perduram de maneira tensa com a que se elegeu como oficial e única. No caso, os vários grupos indígenas, que foram derrotados e ainda habitam esse lugar, rasuram cotidianamente o sentido idealizado de harmonia social e de desenvolvimento econômico e civilizatório. Os paraguaios que também para aí vieram e se encontram marginalmente por entre os esquecidos que trabalham, de forma ilegal muitas vezes, na construção civil e no comércio informal, fundamentais para a lógica de reprodução econômica do lugar.

Os milhares de migrantes japoneses que também ocupam parcela fundamental da paisagem urbana e rural do imaginário social. Os migrantes libaneses e judeus que se relacionam, notadamente, com o setor comercial da cidade. Além, é claro, dos milhares de migrantes mineiros, paulistas e nordestinos etc. Diante disso, a ocupação da região e formação do núcleo urbano se deu a custa de encontros entre estranhos oriundos de diversas áreas culturais que aqui se territorializaram de forma conflituosa, tensa e complexa. Tentar, portanto, estabelecer uma memória, em sua uniformidade histórico-evolutiva, fundada na perspectiva de um grupo de vencedores político-econômicos para o coletivo chamado Dourados é negar a força da multiplicidade geográfica na constituição desse lugar até agora (MASSEY, 2008).

Esses diversos caminhos convergem para a instauração do lugar em que esses encontros se deram, no caso em questão, numa cidade localizada numa região de fronteira em que os diferentes que a constituem passam a conviver, fazendo assim que a ideia de um “nós” como algo coeso e historicamente construído, como resultado de uma evolução uniforme da história, sofra derivas em várias direções; tal derivação imbrica imanentemente na ideia do “outro”, tensionando a esta e a explodindo para além do que se tenta idealmente delimitá-la. Memória aí deixa de ser como o resultado de estabelecer no interior de um território as definições e localizações de quem compactua com determinada identidade e de quem compactua com outra a partir do eleito como o correto e oficial. Nas palavras de José de Souza Martins (1997), podemos apontar como uma espacialidade de “*fronteira*”, entre o mundo considerado selvagem e bárbaro pelos olhos dos civilizados, e o contato que esses valores civilizatórios, urbanos e racionalizantes estabelecem no encontro com os outros.

A fronteira ... é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o Homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações dos humanistas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam do ‘lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte (MARTINS, 1997, p.11)

Na fronteira temos a força hegemônica da memória dos vencedores, daqueles que justificam a intolerância em relação ao outro, ou aos outros, a custa de uma ambição de poder e controle territorial por meio da marginalização dos perdedores, ou até da eliminação física dos mesmos, fazendo com que os diversos ali se enquadrem em torno do projeto civilizatório dos que se identificam como os vencedores; mas essa memória uniformizante dos vencedores, numa área

fronteira, sofre derivações mais constantes devido a proximidade e contatos com as múltiplas outras memórias, justamente por que o contato com os outros força os limites das fronteiras e da ordem estabelecida, do discurso hegemônico, da uniformidade do imaginário histórico e social, para além da idealização convencional que assim tenta fixa-las. Nesse encontro constante com o diverso, instauram-se outras linhas de fuga para se pensar a questão da memória enquanto acontecimento espacial da diferença.

Memória aí deixa de ser resultado de estabelecer no interior de um território as definições e localizações de quem compactua com determinada identidade e de quem está de fora desse sentido de pertencimento eleito como o correto e oficial (MARTINS, 1997; SANTIAGO, 2006). Essa prática de fixar e delimitar o certo (“o nós”) do incorreto (“os outros”) é notória no processo histórico de formação dessa região fronteira em que se localiza Dourados, e reverbera no imaginário majoritariamente reproduzido pelas elites, mídias e escolas, perdurando com as devidas adaptações para o novo arranjo do controle territorial, o que significa a tentativa de se negar o outro, assim com de se negar essa condição de periferia na fronteira do mundo.

A tentativa frustrada de expulsar os primeiros habitantes da região (os indígenas), frustrada pois eles continuaram a habitar esse lugar, assim como a eliminação da fauna e flora originais, demarcou o aspecto do perfil da população que aí se estabeleceu, ou seja, construir, o mais rápido possível e de forma artificial, uma suposta identidade e tradição a partir da eliminação ou negação do estranho, do diferente, do que não aceita as normas e regras do poder instituído pela força.

Por ser uma região formada, portanto, por migrantes oriundos de outras regiões, essa diversidade estabelece perigo perante a ordem e o poder dos grandes proprietários terras e especuladores imobiliários. No seu histórico de formação, a unidade identificatória de uma memória local se deu a partir do branco, em sua grande maioria gaúcho, aquele que traz o progresso e a ordem civilizatória. Os índios, os negros, paraguaios, nordestinos e todo aquele que não participasse desses aspectos padronizantes de civilidade e cultura, deveria se enquadrar ou então ser marginalizado ou simplesmente esquecido, quando não, eliminado.

O problema é que, por mais que o discurso majoritariamente praticado tende a padronizar a realidade segundo seus parâmetros históricos, o real é muito mais complexo em sua dinâmica espacial. Diante disso, sendo esse território uma

construção social, a diversidade que se tem além das fronteiras da memória oficial acaba por adentrar aos lares, à rotina cotidiana dos afazeres e trabalhos, provocando conflitos, atritos e desconfortos, seja através das críticas e comportamentos considerados incorretos, seja através da violência aos bens públicos, seja através de balbucios e silêncios constrangedores perante aquilo que se quer esconder, ou não se quer ver (ACHUGAR, 2006).

Fazendo uso aqui do termo freudiano *unheimlich*⁶, podemos denominar essa prática do esquecimento, ou de não querer enxergar a paisagem do mundo que o rodeia concretamente, como fruto de uma tentativa de não reconhecimento que o contexto da multiplicidade espacial local provoca no imaginário e na memória oficial, articulada pelo Estado ou por aqueles que detêm o poder econômico do território e o poder político da máquina estatal, ou seja, força o limites dessa memória para o diverso, para os detalhes ocultos, para aquilo que incomoda e é estranho. Olhar para a realidade paisagística desse lugar fronteiro do qual falamos e se reconhecer como fazendo parte dele, com seus limites e histórias nada glamourosas, provoca uma espécie de pavor de marginalidade, tenta-se negar essa condição em prol de uma fantasia que inverte o mundo desejado em um mundo supostamente vivenciado, vendo apenas uma coisa que não existe, qual seja, um lugar que não é este em que se encontra.

56

Homi Bhabha (2005), fazendo referência a esse termo freudiano, assim coloca essa questão do não querer ver o mundo em que se encontra.

Essa lógica da inversão, que gira em torno de uma negação, é a base das revelações e reinscrições profundas do momento de estranhamento. Isso porque o que estava ‘oculto’... torna-se a ‘esfera doméstica atributiva’ que é esquecida nas distinções teóricas das esferas privada e pública da sociedade civil. Tal esquecimento – ou recusa – cria uma incerteza no coração do sujeito generalizante da sociedade civil, comprometendo o indivíduo (p.31).

Isso pode ser interpretado, no caso de nossa realidade fronteira local, como o não reconhecimento das condições concretas da realidade em que se está

⁶ Adjetivo cujo significado em português pode ser traduzido como algo relacionado a uma experiência estranha, ou sinistra, que causa medo, receio e temeridade. Freud empregou o termo para situações traumáticas que provocam estranhamento frente ao familiar e confortável, as quais deveriam, em nome da saúde psíquica dos indivíduos, ficar ocultas, mas vieram à luz. Vide Tavares (2007).

localizado, de nossa formação fronteiriça e periférica, em nome de uma suposta idealização padronizante e normalizadora; essa postura, consciente ou não, acaba comprometendo o sentido de orientação, deturpando as condições concretas com que se vive, negando a existência de diferenças para além do que se tem como aceitável, instituindo uma memória uniformizadora que só se justifica enquanto vinculada ao poder estatal e dos agentes econômicos. O medo do diferente, do desequilíbrio frente ao inusitado e incontrolável, perante aquilo que se encontra “oculto” e que provoca “estranhamento” (uma das possíveis traduções para *unheimlich*), leva a muitos compactuarem com uma memória uniformizadora do lugar; mas o diferente sempre está presente, mesmo que negado ou escondido, ele surge de forma rizomática onde menos se espera, e provoca sensações estranhas e conflitivas.

Nega-se o local em que se está localizado – isso é angustiante quando encarado frente as condições de vida praticadas, pois perpetua-se a prática autoritária com que se tentou construir o sentido de identidade na região, ou seja, a memória se coloca como única em meio a diversidade sociocultural e acaba reproduzindo o desconhecimento para com os marginalizados, para os esquecidos, para os despossuídos, para os que não tem voz, provocando o mútuo estranhamento entre os que vivem no mesmo lugar.

Perante esse contexto, aqui apenas esboçado, podemos agora caminhar para a parte final desse texto visando pontuar as possibilidades geográficas de se abordar a memória cultural como multiplicidade espacial, derivando forças minoritárias da memória oficial articulada pela política cultural do Estado.

CONCLUSÃO: Política cultural do Estado e memórias culturais

Ao propormos a questão da memória cultural em relação a política cultural visamos delimitar um campo em que, pela perspectiva geográfica, o discurso científico desse ramo do conhecimento deve tomar, qual seja, não mais se restringir a estudos cujo o principal, senão único, objetivo seja atender aos interesses da máquina de Estado em administrar o território, assim como disciplinar as vivências que ali ocorrem. Esse tipo de prática permite o levantamento dos elementos e fenômenos culturais para auxiliar as políticas culturais articuladas principalmente pelo Estado, tal procedimento viabiliza formas mais pragmáticas e uniformes de delinear ações culturais no território

visando processos mais eficientes em seus pressupostos disciplinadores para delimitar identidades territoriais. Contudo, tais abordagens espaciais dos elementos culturais presentes em dado lugar não podem ser entendidas como a única forma dos estudos geográficos atender as necessidades sociais. No caso em questão, pensar a elaboração da memória cultural não pode ser mais pela confirmação da identidade territorial a partir da definição de uma memória do lugar enquanto arranjo uniformizador que se consolida por uma perspectiva histórica oficial, aquela que atende a uma política cultural orquestrada majoritariamente pelo Estado; pelo contrário disso, assumir a multiplicidade de acontecimentos espaciais, oriundos dos diferentes grupos sociais que ali territorializam suas existências, instaurando múltiplas memórias, as quais estabelecem encontros e contatos, tensionando e diferencializando os sentidos de pertencimento e os de lugar, de maneira a politizar a questão da cultura.

Nesse aspecto, a leitura geográfica deve provocar derivas do sentido maior e padronizador com que o maquinário estatal, e os órgãos responsáveis e grupos econômicos a esse maquinário vinculados, propõe e delimita como políticas culturais. Geralmente, a política cultural, enquanto política de Estado, visa consolidar um padrão cultural tido como expressão da identidade territorial, ou seja, ela fortalece uma determinada concepção de memória cultural, aquela que se coloca como a única. Tal processo não expressa a diversidade de visões de mundo e de manifestações culturais que os diferentes grupos sociais que ali se encontram, territorializam e elaboram sua(s) memória(s) coletiva(s). Tal política cultural, portanto, não garante a expressão da multiplicidade diferencial da cultura, não acumula qualitativamente capital cultural⁷ e não incentiva a explicitação consciente da diversidade, ou seja, de reconhecimento dos outros “outros” como

58

⁷ Emprega-se o conceito de Capital Cultural aqui numa ampliação do sentido dado ao mesmo por Pierre Bourdieu (1998), o qual classificava em três formas (“*incorporado*”, “*objetivado*” e “*Institucionalizado*”), pensando na contribuição familiar, no acesso aos bens materiais e no caráter de formação escolar. Capital Cultural se refere a todo ganho de conhecimento, seja intelectual, estético e subjetivo, que implica numa ampliação qualitativa em que se aprimora a formação escolar, profissional e social dos indivíduos. Tal qualificação acaba repercutindo na sofisticação dos produtos a serem produzidos ou consumidos, o que leva a agregar valor aos mesmos devido ao conhecimento socialmente despendido para a elaboração desses bens. Vide Harvey (1993), Dinis e Gonçalves (2005).

integrantes do “nós”, o qual se produz na diferença do que se idealiza como “nossa” identidade.

Nossa perspectiva de Política Cultural pleiteia focar um aspecto pouco abordado pelos estudos da questão cultural, qual seja, a de capacitadora de organização social por meio de trocas de experiências, permitindo assim a formação de pensamentos outros, muitas vezes contrários ao da ordem estabelecida; nesse sentido é que a construção da memória se pluraliza no contexto das singularidades de cada lugar.

Os estudos “*Pós-Colonialistas*” e “*Pós-Culturalistas*” (ACHUGAR, 2006; SANTIAGO, 2004) e demais linhas de pesquisas que buscam pensar a partir do lugar em que se vive (SANTOS e MENESES, 2009) apontam para estudos das questões culturais como necessários para melhor se entender quem somos nós, essa diversidade miscigenada, híbrida e mestiça de povos e culturas diversas, mas não no sentido de se tentar uniformizar uma identidade única e padrão.

A busca pela identidade se dá, muitas vezes por esses novos enfoques oriundos das fronteiras do conhecimento científico (SANTOS, 2007), através da tentativa de dar voz para aqueles esquecidos, marginalizados, negados e calados, de maneira que seus balbucios se transformem em falas passíveis de mútuos reconhecimentos, de uns em relação aos outros. Só com esse diálogo interno, poderemos melhor saber quem somos, pois poderemos melhor identificar os outros que até então negávamos reconhecer, esses outros que fazem parte de nossa própria territorialidade.

Por outro lado, assim como existem ‘periferias da periferia’, é mais que possível, ou necessário, assinalar que existem outros do Outro, que muitas vezes o Outro do centro ou da metrópole é quem invade, tortura ou mata o outro da periferia (ACHUGAR, 2006, p. 316).

Hugo Achugar está aí apontando que, na busca de nossa identidade, não podemos negar o processo de colonização que ocorreu, e que ainda perdura fortemente nos meios intelectuais, daí a crítica a esse “Outro” da metrópole que tende a reforçar a negação dos “outros” que somos nós, aqueles que se encontram do lado de cá do mundo. Por isso, ao invés de buscar imitar os modelos cosmopolitas em si, negando os outros do seu meio, deve-se, ao contrário, voltar para o lugar onde exercita seu pensar/produzir conhecimento/vida, tentando dar voz a esses outros, resgatando as memórias e experiências produzidas, no diálogo com o pensamento colonizador (SANTOS, MENESES, 2009), mas um diálogo

crítico, que vise a construção de um nós mais autêntico e consciente de sua múltipla historicidade espacial.

Nesse aspecto que uma Política Cultural deve ser praticada, ou seja, não é simplesmente negar o pensar hegemônico, aquele que reproduz o “*bom gosto*” e as práticas do “*poder*” padronizado, mas saber buscar nas brechas das relações autoritárias, a recriação desse discurso uniformizante em prol de estabelecer condições em que a diversidade se manifeste no local, sem medo dos atritos e da perda do controle da ordem institucionalizada. Essas ideias apontam para um “*espaço a se construir*” (ACHUGAR, 2006, p. 318), ou seja, uma espacialidade que expresse a nossa diversidade enquanto povos da periferia econômica, social e cultural do mundo, abrindo assim nossa memória para a multiplicidade e não delimitando-a a um padrão histórico.

A consequência disso pode indicar, ao invés de se tentar padronizar tipos de comportamentos considerados corretos e normais, fixando uma só memória de identidade, permitir que os diversos grupos sociais que habitam determinado lugar, no nosso caso a fronteira entre Brasil e Paraguai, amadureçam seus pensamentos e memórias, frutos de suas múltiplas histórias, na construção de suas diferenças a confirmar as singularidades culturais em constantes contatos e trocas, de maneira que elaborem sentidos outros de pertencimentos territoriais.

60

Nossa postura é a de derivar outras posturas políticas para se pensar e construir a questão da cultura enquanto abordagem geográfica a partir do lugar em que se encontra; ao invés de tentar organizar um modelo cultural – fruto de uma política que estabelece o correto bom gosto - construir espaços culturais em as diversas faces sejam reconhecidas, discutidas, aprimoradas. Isso pressupõe uma postura intelectual e política que almeja ir além, no dizer de Santos e Meneses (2009), do “*pensamento abissal*”, o qual é o grande estruturador das formas colonizadas com que a periferia reproduz os modelos e ferramentas metodológicas que explicam ao como somos, ou seja, por negação de nós enquanto múltiplos em prol da cópia dos “outros” uniformemente localizados num ponto fixo do território.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente[...]. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é

excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera (SANTOS e MENESES, 2009, p. 23).

Essas palavras de Boaventura Santos corroboram ao que Achugar anteriormente indicou quanto ao lugar de onde se fala e pensa o mundo enquanto fronteira da periferia, ou seja, o “outro lado da linha” de Santos é a fronteira em que nos encontramos de Achugar. Diante disso, não se pode mais continuar a negar o nosso lugar como um local na periferia, na fronteira do mundo. Enquanto corpos pensantes a partir de nossa singularidade fronteira, devemos assumir nosso lugar de maneira a não continuarmos insistindo em reproduzir um pensamento abissal produzido pelos que desconsideram a diversidade que somos. Nossa memória é múltipla, é inerentemente geográfica, daí sua força desestabilizadora de uma política cultural que visa a uniformidade e a padronização de um modelo entendido como correto e superior de cultura.

Voltemos, assim, à questão do local, ou seja, a fronteira. Assumir tal condição histórica e geográfica é o primeiro passo para se produzir uma política cultural em seu sentido múltiplo, calcada na diversidade de memórias que ocorrem e se produzem nesse lugar. Entender-se no mundo, mas a partir do lugar, eis a tarefa árdua para superar os limites com que produzimos o estranhamento e o desconhecimento de nós em relação ao(s) outro(s), pois temos a força potencializadora de melhor compreendermos que nós sempre seremos outros em constante processo de diferenciação do que entendemos por “nosotros”. Pois é na fronteira em que as contradições desse projeto societário hegemonicamente imposto ao conjunto territorial do mundo se manifestam de forma mais aguda, tanto em sua violência para com os que não aceitam tal projeto, quanto de potencialidades alternativas a essa padronização de gostos, valores e ideias, portanto, de modelo de ciência, de arte e de vida.

É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. É nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas do que é o fazer História, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade no Homem (MARTINS, 1997, p. 13).

Política Cultural, portanto, deve se pautar na multiplicidade de memórias que acontecem no território, deve buscar reconhecer essa territorialidade e auxiliar na construção desse espaço, criando condições para que a produção de identidades seja na afirmação das diferenças e não na fixação de algo acabado e uniforme. Aí,

de fato, teremos uma abordagem geográfica da cultura enquanto política e prática das múltiplas memórias culturais no lugar em que se pensa/fala/vive o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUGAR, H. *Planetas sem Boca – escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALMEIDA, M. G.; CRUZ, B. N. (orgs.). *Território e Cultura – inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*. Goiânia: UFG, 2009.

BENHAMOU, F. *Economia da Cultura*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.73-79.

CASTRO, M.C.; MAIA, R. *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: editora 34, 1997.

DINIS, C.; GONÇALVES, E. (orgs). Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIS, C.; LEMOS, M.B. (Orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 131-170.

FEIJÓ, M.C. *O que é Política Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERRAZ, C. Benito O. *Geografia e Paisagem: entre o olhar e o pensar*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2002.

FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.(orgs). *O Brasil Republicano – o tempo do Nacional-Estatismo do início da década de 30 ao apogeu do Estado-Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, E. (org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora (MG): EdUFF, 2005.

GITLIN, T. *Mídias sem Limite – como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HISSA, C. E. V. *A Mobilidade das Fronteiras – inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MARTINS, J.S. *Fronteira – a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MARTINS, M. H. (org.). *Fronteiras Culturais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- MASSEY, D. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SANTIAGO, S. *O Cosmopolitismo do Pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SANTOS, B. *Renovar a Teoria Crítica – e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, B.; MENESES, M. (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra (Pt): Edições Coimbra, 2009.
- TAVARES, B. *Freud e o Estranho – contos fantásticos do inconsciente*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- TOLILA, P. *Cultura e Economia*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007.
- WEFFORT, F.; SOUZA, M. (orgs). *Um Olhar Sobre a Cultura Brasileira*. Brasília (DF): Ministério da Cultura, 1998.
- WILLIAMS, R. *Palavras-Chave – um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WU, Chin-Tao. *Privatização da Cultura – a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- YÚDICE, G. *A Conveniência da Cultura – usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

